



Da importância de um novo olhar sobre arquitetura e urbanismo em antigas fontes iconográficas e textuais

The importance of a new look at architecture and urbanism in ancient iconographic and textual sources

La importancia de una nueva mirada sobre la arquitectura y el urbanismo en antiguas fuentes iconográficas y textuales

BERNARDES, Andrea Gonçalves Moreira

Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF.
andrea.bernardes@ceub.edu.br
ORCID: 0000-0002-7290-0097

Recebido em 30/11/2022. Aceito em 08/06/2022.



Resumo

Muitas vezes buscamos pesquisar o diferente, interessando-nos somente o extraordinário. O estudo do ordinário, escrito em diferentes fontes, poderia nos permitir aproximar-se de uma totalidade perceptiva de épocas passadas mediante uma amplificação do olhar para as mesmas fontes já pesquisadas por outras perspectivas. A redundância de estudar arquitetura e urbanismo fazendo uso da análise da vida e obra de arquitetos urbanistas e seus projetos, reduz a importância da observação da fruição da *polis* pelo homem, da teia de significados que poderiam ser detectados diacronicamente, por intermédio de inúmeras outras fontes, configurando assim uma superposição de camadas na temporalidade. Com uma abordagem metodológica reflexiva compreensiva proposta pela nova história política, poderíamos flexibilizar o uso de fontes diferenciadas de pesquisa que em geral são utilizadas por outras áreas da ciência para complementar as análises arquitetônica/urbanísticas. Principalmente aqueles setores das instituições, bibliotecas e museus, chamados de Obras Raras. Um novo olhar para um acervo riquíssimo e que nos pareceria, ainda pouco explorado. Este presente Ensaio traz como inquietude buscar constatar a existência de janelas de possibilidades que, se abertas, iluminariam de maneira significativa nossa percepção da vida humana em sociedade; de como essa mesma sociedade constrói e utiliza seu espaço.

Palavras-Chave: história da arquitetura e urbanismo, iconografia e memória, revisitando fontes antigas, setor de obras raras, nova história política,

Abstract

Many times, we try to research what is different, being interested only in the extraordinary. The study of the ordinary, written in different sources, could allow us to approach a perceptual totality of past epochs through a broadening of our gaze to the same sources already researched from other perspectives. The redundancy of studying architecture and urbanism by analyzing the life and work of urban architects and their projects reduces the importance of observing the fruition of the polis by man, the web of meanings that could be detected diachronically, through countless other sources, thus configuring a superposition of layers in temporality. With a reflexive comprehensive methodological approach proposed by the new political history we could make more flexible the use of differentiated research sources that are generally used by other areas of science to complement architectural/urban analyses. Especially those sectors of institutions, libraries and museums, called Rare Works. A new look at a very rich collection that we believe is still little explored. The present Essay is concerned with the existence of windows of possibilities that, if opened, would significantly enlighten our perception of human life in society and how this same society constructs and uses its space.

Key-Words: history of architecture and urbanism, iconography and memory, revisiting old sources, rare works sector, new political history.



Resumen

A menudo buscamos investigar lo que es diferente, interesándonos sólo por lo extraordinario. El estudio de lo ordinario, escrito en diferentes fuentes, podría permitirnos acercarnos a una totalidad perceptiva de épocas pasadas con una ampliación de la mirada sobre las mismas fuentes desde otras perspectivas. La redundancia de estudiar la arquitectura y el urbanismo a través del análisis de vida y obra de los arquitectos urbanos reduce la importancia de la observación de la fruición por el hombre, de la *polis* y su red de significados que podría detectarse diacrónicamente, con otras innumerables fuentes, configurando así una superposición de capas en la temporalidad. Con un enfoque metodológico integral reflexivo propuesto por la nueva historia política podríamos flexibilizar el uso de fuentes de investigación diferenciadas que son utilizadas por otras áreas de la ciencia para complementar los análisis arquitectónicos/urbanos. Especialmente los sectores de las instituciones, bibliotecas y museos, denominados Obras Raras. Una nueva mirada a una colección muy rica que nos parece, todavía poco explorada. El presente Ensayo se ocupa de la existencia de ventanas de posibilidades que, si se abrieran, iluminarían significativamente nuestra percepción de la vida humana en sociedad y de cómo esta misma sociedad construye y utiliza su espacio.

Palabras clave: historia de la arquitectura y el urbanismo, iconografía y memoria, revisitando fuentes antiguas, sector de obras raras, nueva historia política.



1. Introdução

Ao iniciarmos uma pesquisa sobre determinado assunto, tratamos de buscar compreender o contexto da época/região para melhor situar a documentação em análise, as peças documentais que são alvo da problemática colocada. Selecionar os acervos a serem pesquisados e, dentro destes, as fontes específicas a serem pesquisadas, poderia resultar talvez em uma *autocensura cultural*, anterior a uma reflexiva postura metodológica elaborada como estratégia de pesquisa. As restrições que fazemos quando muitas vezes sequer consideramos como fontes a produção cultural de áreas diversas da nossa área de análise, empobreceria sobremaneira o resultado final, comprometendo talvez uma abordagem compreensiva que nos aproximaria muito mais da realidade complexa e rica das diferentes sociedades humanas. São muitas as leituras possíveis, são muitas as posturas iniciais possíveis diante de um conjunto de fontes de pesquisa. Rosanvallon (2010:7)¹ nos faz refletir:

A história não consiste somente em apreciar o peso das heranças, em "esclarecer" simplesmente o presente a partir do passado, mas em tentar reviver a sucessão de presentes, assumindo-os como experiências que informam as nossas. Trata-se de reconstruir o modo por que os indivíduos e os grupos elaboraram a compreensão de suas situações; de enfrentar os rechaços e as adesões a partir dos quais eles formularam seus objetivos; de retrair de algum modo a maneira pela qual suas visões de mundo limitaram e organizaram o campo de suas ações.

As diferentes visões de mundo dos atores históricos embasavam suas produções, suas interações em sociedade e mesmo que essas visões estivessem circunscritas a uma época que as englobava, ainda assim eram individuais. Suas 'heranças' documentais são apenas uma pequena parte da realidade múltipla daqueles presentes sucessivos que almejavam futuros múltiplos, 'horizontes de expectativa'². Deveríamos indagar essas heranças documentais, mergulhar naqueles espaços de memória, com o olhar do pesquisador vitruviano, sensível às formas e aos vazios urbanos construídos, fazendo uma nova busca nas antigas fontes! Esta seria uma proposta para criar um novo olhar para um mesmo acervo ou ainda, de maneira mais ousada ainda, indagar sobre arquitetura e urbanismo em fontes diversas, que não são comumente relacionadas ao campo de análise, construindo um quebra cabeça das múltiplas interpretações possíveis. Ousar extrapolar a redundância de estudar a teoria e a história da arquitetura e urbanismo tendo como foco primordial (e por vezes único) a análise da vida e obra (projetos edificadas ou não) de arquitetos urbanistas. Aumentaria a relevância das inúmeras fontes não convencionais para este campo de análise, entranhando-se então o pesquisador na trama de significados construída por variadas áreas coexistentes na vivência urbana, no enredamento da vida social. Por intermédio da obra de Souza e Franco, abordaremos ainda a representação de paisagem por via de obras de arte como recriação facetada da natureza, sugerindo uma hipótese de que essas representações artísticas tenham sido um dos fatores que contribuíram para a percepção social/cultural da necessidade de criação de unidades de conservação de *wilderness*.

¹ ROSANVALLON, Pierre. "Por uma história conceitual do político; por uma história filosófica do político". In: ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010, p.76

² KOSELLECK, Reinhart "Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos". *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 134-146.

2. Registro de paisagens

Primeiramente buscaremos distinguir os conceitos de *natureza* e *paisagem*, com a valiosa ajuda filosófica de Georg Simmel (1913:05)³ “por natureza entendemos o nexos infindo das coisas, a ininterrupta parturição e aniquilação das formas, a unidade ondeante do acontecer, que se expressa na continuidade da existência espacial e temporal”. Para Simmel, a natureza está em constante transformação, nascendo e morrendo a cada instante, em um *continuum* que independe da espécie humana; natureza que segue seu curso desde os primórdios do planeta. Os animais não contemplam paisagens, simplesmente circulam na natureza, são a natureza, assim como nós, animais racionais; porém não ficamos somente nesta esfera, pois a natureza é o mundo em si, o *continuum*. Já a visão da paisagem e a identificação da paisagem constituem fruto da observação humana, seriam a nossa imagem do mundo, imagem cultural. Os animais de maneira geral estão imbuídos da natureza e imersos na natureza, fazendo parte integralmente da *wilderness* (natureza intocada). Os animais se integram e não fazem o recorte humano de paisagem; o homo sapiens marca o território com uma criação, seja uma edificação, um manejo paisagístico ou um desenho. O viver em sociedade necessita de um espaço, seja privado ou público, seja urbano ou rural; espaço este seccionado na natureza, apropriado da natureza primordial. A este espaço identificado e demarcado pelo homo sapiens chamamos de paisagem. Simmel (1913:07)⁴ ressaltou o que diferencia a *natureza* do sentido de *paisagem*: seria justamente **a ação de demarcar**, seja com o olhar ou com o desenho/pintura; o fator diferenciador seria então o limitar da parte para que “se torne um outro todo independente”. Para Simmel o surgimento desta demarcação, o surgimento da ideia de paisagem na vida cotidiana se deu a partir da ação artística de representação de paisagens naturais na pintura da idade moderna. Os artistas neoclássicos cristalizavam em imagens os novos significados e conteúdo do século XVIII. Graças à disseminação deste novo motivo pictórico, uma percepção de paisagem como natureza demarcada haveria se popularizado, quando muitos artistas passaram a apresentar o bucolismo, as paisagens da vida campestre e os costumes rurais como meio ideal.

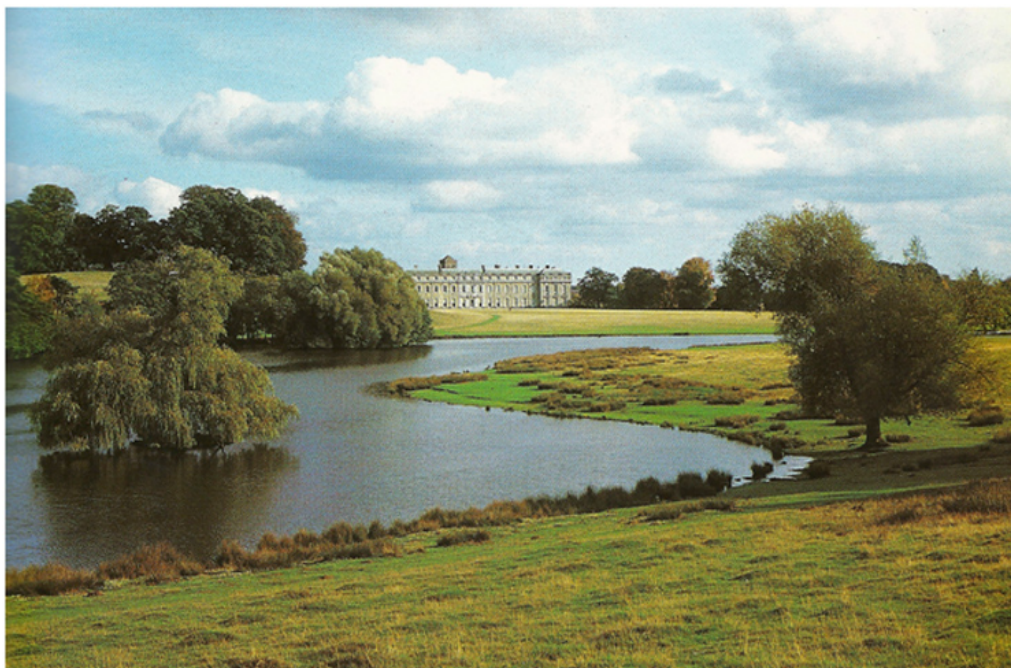
Inserir paisagens na pintura significou bem mais que um novo motivo pictórico. Fruto do pensamento Iluminista racionalista, a pintura de paisagens plasmava em várias camadas pictóricas as também várias camadas existencialistas e de visão de mundo que emergiam, mudanças de paradigma que revelavam novas abordagens, novas éticas⁵. Antes considerada como verdade imutável da criação divina, a natureza passou a ser considerada como o ambiente para a existência humana, não mais um paradigma estático, mas um todo que poderia e deveria ser parcelado, interpretado como objeto de pesquisa para diferentes maneiras de acessar um conhecimento. A observação do mesmo horizonte poderia ter diferentes propósitos: ciência, ou filosofia, arte ou religião: as paisagens estariam em constante mutação de acordo com quem as olhava. (SIMMEL. 1913:12).

Fig. 1. Projeto paisagístico em Petworth (1751) do arquiteto e paisagista britânico Lancelot Brown (1716-1783).

³ SIMMEL, Georg. *A Filosofia da Paisagem*. (1913). Ed. LusoSofia:press. Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2009.

⁴ Ibid.

⁵ Refletir sobre as diferentes visões éticas de Thomas Hobbes (1588 – 1679), John Locke (1632–1704), David Hume (1711 – 1776), Immanuel Kant (1724 – 1804) e Charles Darwin (1809 – 1882) no excelente livro *Thinking Like a Planet: The Land Ethic and the Earth Ethic* de J. Baird Callicott. Ed Oxford University Press, 2014.



Fonte: foto: Roger Turner, *Capability Brown and the eighteenth-century English Landscape* (Nova York: Rizzoli, 1985). Disponível em <https://www.arquine.com/lancelot-brown-y-la-capacidad-del-lugar/>

Este estilo neoclássico/romântico de pintar paisagens disseminou-se na Europa do século XVIII e posteriormente chegou também às colônias de além-mar, principalmente nas colônias da América do Norte. Quando no século XIX, George Catlin (1796-1872), pintor norte-americano de índios/paisagens, introduziu com sua arte esta temática entusiasta da proteção da natureza, fez com que imagens de paisagens da *wilderness* circulassem na sociedade, gerou como efeito colateral de seu trabalho fomentar a nascente preocupação com a natureza intocada, chegando a propor em 1832 a criação do primeiro parque nacional norte-americano, o parque de Yellowstone, estabelecido somente em 1872. Citado por Souza e Franco (2020: 04-06), também deve-se registrar o papel do arquiteto-paisagista Frederick Law Olmsted (1822-1903) e ressaltar sua influência e de sua arquitetura de paisagens na criação dos primeiros parques nacionais norte-americanos. Autor do projeto do Central Park em New York, Olmsted também foi indiretamente responsável pelo relatório que sugeria a criação do parque de Yosemite Valley, criado em 1890. As pinturas de diversas paisagens tiveram eco na nova sociedade norte-americana.

Fig. 2. Portage ao redor das Cataratas do Niágara no Table Rock, 1847-48 Pintura do artista norte-americano George Catlin (1796-1872)



Fonte: National Gallery of Art – Washington – EUA. Disponível em <https://www.nga.gov/collection/art-object-page.50626.html>

Os espaços urbanos, as cidades, são produto de ocupação humana, são construções culturais que nos distinguem como espécie humana. Outros animais sociais também constroem espaços de uso comum, como os cupinzeiros, por exemplo. Mas, a interferência humana no espaço natural, criando a paisagem urbana, decorre da visão de mundo de um povo, de sua expressão cultural, reproduzindo na construção as diferentes necessidades e maneiras de lidar com a vida, seja material ou intelectual. Refletirão sempre as circunstâncias histórico-políticas, socioeconômicas e ambientais, que se cristalizam a partir de um referencial cultural de uma sociedade e justamente serão marcadas pelas diferenças existentes nas maneiras de lidar com as urbes. Os traços identitários das populações também podem ser notados no tecido urbano, na teia emaranhada de alterações da paisagem natural em paisagem urbana.

Traçados urbanísticos podem ser lidos como textos, tramas que contemplam a cultura, a concretização do sistema econômico, político e socioambiental de povos, onde relações de poder urbanísticos expressam o controle social do espaço. Espaços urbanísticos são, por excelência, palco de manifestações, espaços de memória; como advoga Nora (1993):

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (p. 9).



Aqui se faz necessário um maior aprofundamento nas considerações sobre o espaço urbano, a paisagem urbana. Caldeira (2007) pondera que “estudar a trajetória de um espaço urbano não se resume a um exercício cronológico de momentos urbanos” (p. 9) e nos apresenta a filósofa francesa Anne Cauquelin, que introduziu a noção de “eixo do tempo urbano”. Nas palavras de Caldeira (2007): “O ‘eixo do tempo urbano’ é apreendido como o eixo de construção da memória urbana: a cidade é representada por um corpo simbólico regida por mitos recorrentes” (p. 9). São várias camadas de conteúdo, a própria teia de significados. Mas nossa proposta aqui não seria o debate sobre as múltiplas paisagens e sim trazer a reflexão da possibilidade de um novo olhar sobre arquitetura e urbanismo em antigas fontes iconográficas e textuais.

3. Refletindo sobre as fontes múltiplas

Quais são as fontes ideais para pesquisa em História da Arquitetura e Urbanismo? Melhor perguntar: quais as fontes aceitas pela academia como fontes relevantes nesta área? Tradicionalmente o ensino de História da Arquitetura e Urbanismo concentra-se em fazer análises comparativas da vida e obra de arquitetos urbanistas e a relevância de seus projetos; essa abordagem é necessária e pertinente, porém seria enriquecida com uma consideração maior por outras fontes menos usuais que espelhariam melhor o contexto cultural de cada época, já que o homem como ser histórico sempre é filho de seu tempo.

Rosanvallon nos lembra que frutífero seria aproveitar esse mergulho no ‘espaço de experiência’⁶ da pesquisa, para nutrir as nossas experiências próprias, alimentando-nos assim duplamente. Este exercício de reflexão deveria nortear cada pesquisador, prática necessária a ser refeita em cada época: “a história tem que ser considerada e explicada novamente por cada geração da humanidade que avança”.⁷ Mesmo ciente da impossibilidade da neutralidade no campo da pesquisa em História da Arquitetura e Urbanismo, seria ingênuo pensar na existência de uma objetividade aperspectivística⁸ da história, seja em qualquer uma das chamadas histórias específicas.

Tanto aquele profissional que produziu suas obras, como o pesquisador no presente, em geral estão imersos em uma conjuntura e expressam uma visão de mundo, a maioria das vezes o fazem sem uma consciência plena, repetindo de maneira muitas vezes autômata estereótipos apreendidos como naturais e formadores daquela sociedade. Uma proposta de iniciar o estudo dignificando fontes primárias do cotidiano a um mesmo grau de atenção que as fontes técnicas convencionais nesta área de arquitetura e urbanismo, talvez resultasse em abrir para a análise espaços não contemplados antes, abrir janelas em paredes cegas, gerando novos *horizontes de expectativa*; estaríamos expondo nossa observação a uma teia de significados diacrônicos, buscando compreender uma superposição de camadas na temporalidade.

Muito pertinente a ênfase de Rosanvallon em alçar à categoria de documentos históricos importantes a iconografia, a música, a oralidade, etc.; além de discutir também a abordagem destes *novos documentos*: cartas pessoais por exemplo são documentos privilegiados ao desnudar a lógica do

⁶ Ibid.

⁷ Para Creuzer, historiador do século XIX citado por Koselleck *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2006.

⁸ DASTON, Lorraine, “Objetividade e a fuga da perspectiva”, in: Daston, **Historicidade e objetividade** (São Paulo: Liber ars, 2017): 17-38. Daston reflete sobre a impossibilidade de objetividade aperspectivística na pesquisa histórica.



cotidiano; a pertinência da ampliação tipológica das fontes pesquisadas. Além de analisar o contexto na abordagem compreensiva utilizando variadas fontes iconográficas ou mesmo fontes textuais ‘não convencionais’, como por exemplo folders turísticos ou de propaganda, programas de shows e concertos, anúncios de venda de imóveis, relatos de viagem, etc. Se faz necessário reconstituir o campo semântico dentro do qual os conceitos operados à época se davam. Que diferentes significados o conceito tinha em sua época? Quais eram as outras palavras que também tinham significados semelhantes? Usar-se-ia para isso a abordagem interativa, ao analisar as sobreposições horizontais e verticais que comporiam o próprio tecido urbano-linguístico; as chamadas *teias de significados* de Geertz (1978:3)⁹. Com todos estes procedimentos metodológicos estaríamos a serviço da busca de tratar uma fonte antiga com um novo olhar: dissecando a sobreposição de camadas, identificando as estratégias discursivas para realçar um assunto, buscando explicar como isto se evidenciava à época, tentando identificar no discurso as relações de poder que têm como peculiaridade transparecer a hierarquia social e a maneira como ela era operada, seja esta narrativa oral, textual ou imagética.

Essa seria, de maneira simplificada, a abordagem compreensiva de Rosanvallon, onde haveria uma consulta a um número maior de fontes textuais incluindo de maneira generosa as fontes iconográficas. Mas na perspectiva de Pocock (2003:3)¹⁰, isto não seria o suficiente, pois ao sermos treinados para lidarmos com um contexto pré-fabricado, que foi construído extemporaneamente e que não impulsiona uma abordagem mais crítica, seria normal retratar tudo somente por meio da visão de mundo do pesquisador. Estaríamos de certa forma engessando o passado e deveríamos treinar para não ter um entendimento *a priori*.

Pareceria que nesta metodologia de Pocock não deveríamos partir da premissa de um contexto pronto, este precisaria ser ‘escavado’ pelo historiador: o vazio a ser construído, olhando para as diferentes relações entre o significante e os significados. Porque aquele argumento foi expresso de determinada forma? Qual a origem de cada nível de narrativa? Trata-se de visualizar as intersecções entre as opiniões e as ações dos atores históricos que operavam cada um com suas visões de mundo, representando-as de maneira variada, “reagindo uns aos outros em uma diversidade de contextos linguísticos e outros contextos históricos e políticos que conferem uma textura extremamente rica à história, que pode ser resgatada, de seu debate”.¹¹ Transparece aqui a tarefa do ‘historiador-arqueólogo’ de Pocock que descobre “uma após a outra, as camadas de linguagens que um texto contém”¹²; principalmente quando for um texto iconográfico.

Devemos colocar atenção aos mínimos detalhes, aceder às entrelinhas das narrativas, observando os diferentes *lugares de fala*. Qual a carga semântica na época? Como se entrelaçavam as diferentes linguagens: a oficial que segue as normas projetuais para aprovação de projetos e a linguagem informal onde opera a arquitetura vernacular. Cada linguagem dará sua contribuição para a construção

⁹ “Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”. GEERTZ, Clifford A *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.3.

¹⁰ POCOCK, J. G. A. Introdução: o estado da arte; O conceito de linguagem e o *métier d'historien*. In: POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 23-62; p. 63-82.

¹¹ *Ibid.*, p.25

¹² *Ibid.*, p.70



do contexto da época aos olhos do pesquisador. Seria uma práxis de descoberta¹³ de um passado inesperado! Deixar-se surpreender, ao ver surgir figuras inusitadas na montagem do quebra-cabeça! Não ter uma postura *a priori* renova o interesse, desperta. Como quando o arquiteto Lucio Costa relata sua surpresa com a arquitetura colonial brasileira ao conhecer na juventude as cidades históricas mineiras, em especial Diamantina: “lá chegando, caí em cheio no passado no seu sentido mais despojado, mais puro; um passado de verdade, que eu ignorava, um passado que era novo em folha para mim. Foi uma revelação: casas, igrejas, pousada dos tropeiros.” (COSTA, 1997, p.27)

Esta abordagem metodológica compreensiva inspira a desconfiar de narrativas acordadas aprioristicamente que faz, muitas vezes, uma leitura teleológica das fontes escritas, recortando-as subjetivamente e relegando as fontes iconográficas à mera ilustração. Exemplo desta consideração foi citado por Schwarz¹⁴, ao mencionar a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 com objetivo de “construir uma história que elevasse o passado e que fosse patriótica nas suas proposições, trabalhos e argumentos”. Ao realizar seu 1º Concurso Público em 1844 o IHGB solicitava uma sólida argumentação para a afirmativa: “Como se deve escrever a história do Brasil. (...) Tratava-se de inventar **uma** nova história *do e para* o Brasil”¹⁵. Claro que seguindo as linhas europeias e que servisse para justificar uma monarquia continuísta em meio a tantas novas repúblicas na América do Sul. Usaram a linguagem textual para escrever **uma** *história oficial*, que desautorizaria as versões diferentes da preestabelecida ressaltando eventos e silenciando outros, inventando rituais que teriam embasado legados culturais dos diferentes povos fundadores¹⁶. O resultado foi a criação de um passado ilusório, um passado feliz proporcionado pela rara oportunidade de amálgama racial harmoniosa, relatos de um verdadeiro Éden tropical. Muitos dados do cotidiano foram obliterados, fontes extralinguísticas destituídas, gerando uma narrativa positivista e irreal, criando o mito do brasileiro cordial que perdura.

1.1. Acervos & Memórias

São inúmeras as contribuições à pesquisa sobre Arquitetura e Urbanismo que podemos encontrar em um acervo iconográfico onde descortinamos várias narrativas sobre as sociedades humanas em forma de desenhos, croquis e aquarelas, cartazes, panfletos, souvenirs, propagandas, pinturas, além de literatura, poesias, etc. Usar imagens como evidência histórica ao pesquisar os antigos álbuns de estampas ou mesmo os chamados “panoramas e cosmoramas” tão populares e atrativos no século XIX¹⁷. Como exemplo, mencionaremos o importante legado dos cientistas e artistas estrangeiros que tiveram permissão para pesquisa no Brasil Colônia. A Biblioteca Nacional tem um amplo acervo iconográfico com registros desde o século XVI: como o *Manuscrita upo Brasil* de James Forbes, que retratou o Rio de Janeiro em 1765, ou mesmo Ludwig & Brigas, em *The brasiliana souvenir: a seleccione off tee mosto peculiar costumes off tee Brasil*, de 1845 (CUNHA, 2010). A Missão Francesa foi contratada pelo próprio D. João VI e chegou, em 1816, gerando um rico e importante acervo

¹³ *Ibid.*, p.67. “O historiador é, em larga medida, um arqueólogo. Ele está comprometido com a descoberta da presença dos vários contextos linguísticos nos quais o discurso foi realizado em determinados momentos.”

¹⁴ SCHWARZ, Lilia. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.p.93

¹⁵ *Ibid.*, p.13. (grifo nosso- itálico da autora)

¹⁶ *Ibid.*, p.14.

¹⁷ CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da, *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional*; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.



iconográfico da paisagem urbana brasileira e de suas transformações. Debret veio como o seu principal pintor paisagista, acompanhado por Nicolas Antoine Taunay. Já a Missão Austríaca que veio com a Princesa D. Leopoldina, em 1817, era composta por catorze artistas e cientistas, dentre os quais o botânico Carl Friedrich von Martius, o zoólogo Johann Baptist von Spix e os pesquisadores Johann Natterer e Johann Christian Mikan. (REZZUTI, 2017). O pintor paisagista Thomas Ender, integrante desta missão, representou a paisagem urbana do Rio de Janeiro com uma palidez cromática que não fez jus à luz dos trópicos; um exemplo de um pesquisador/ilustrador que não conseguiu se desvencilhar de suas referências europeias habituais nem mesmo vivenciando em carne própria a diferente cartela de cores que a natureza tropical lhe brindava. Thomaz Ender também ilustrou viagens de outros pesquisadores como Pohl e Martius, mencionados a seguir.

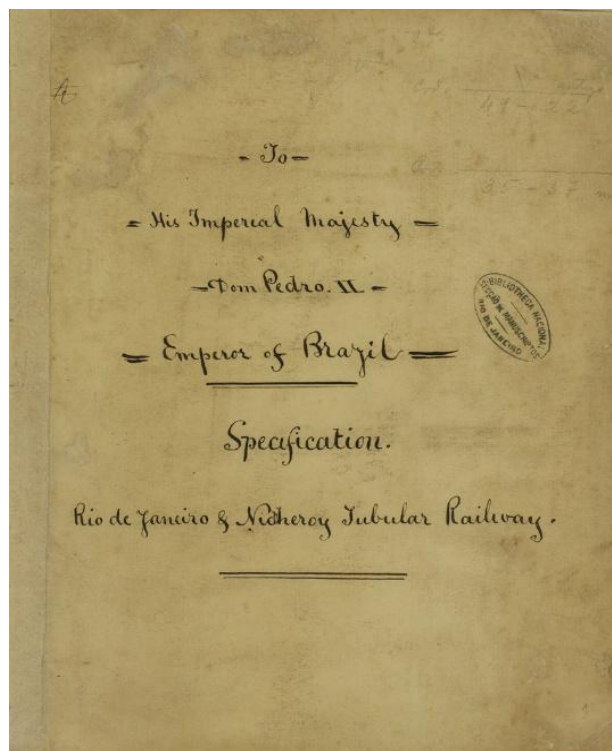
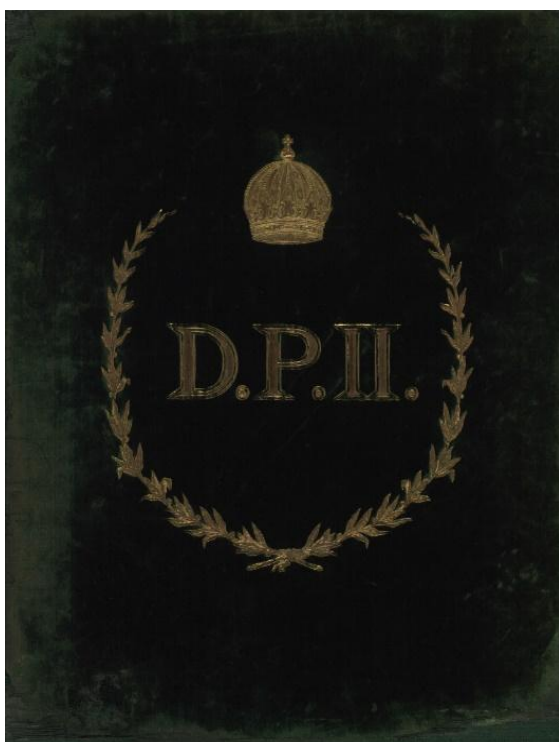
A Expedição Langsdorff (1824 a 1829), que percorreu aproximadamente 17 mil km pelo país, contou entre seus integrantes com o desenhista-topógrafo Hercule Florence e o pintor Rugendas. Também estiveram pesquisando no Brasil o botânico Auguste de Saint-Hilaire (entre 1816 e 1822), o zoólogo e mineralogista Johann Emanuel Pohl (entre 1817 e 1821), os naturalistas Jorge Freyreiss e Frederico Sellow (entre 1820 e 1821) e o naturalista Charles Darwin (1832), dentre outros. Foram inúmeros os registros gerados por estes pesquisadores. Além das muitas paisagens naturais descritas em seus diários, encontramos variadas menções a novas espécies da fauna e da flora, sobre minérios, cartas geográficas etc. (CUNHA, 2010). Ainda que não sejam análises diretas de paisagens urbanas, várias são as menções subliminares a elas, registrando o viver em sociedade por meio de múltiplos olhares.

A Biblioteca Nacional está instalada em um imponente edifício na Praça Floriano no centro do Rio de Janeiro, divisando o espaço público com o célebre Theatro Municipal. Em uma visita técnica à Biblioteca Nacional com alunos de um curso de Arquitetura e Urbanismo de Brasília, tínhamos como objetivo observar a implantação da edificação na praça, além de vivenciar suas escalas, proporções, materiais e processos construtivos. Esperávamos ter acesso aos diferentes espaços internos, de usuários/funcionários, aos setores de reserva, classificação e ordenação da biblioteca; buscando os aspectos funcionais do exercício projetual, identificar enfim a tríade vitruviana do *utilitas*, do *firmitas* e do *venustas* no percurso de análise. Imaginem nossa surpresa ao entrar no Setor de Obras Raras e deparamo-nos com várias pranchetas onde nos aguardavam expostos vários documentos originais trazidos especialmente para nossa visita pela Bibliotecária Chefe. Estávamos diante de mapas, cartas, pergaminhos, aquarelas, selos, panfletos diversos; enfim, registros iconográficos de épocas passadas que a bibliotecária, com uma gentileza e perspicácia exemplar, reunira justamente para instigar a pesquisa neste setor, ciosa de seus pequenos tesouros. Fontes variadas à espera de que tentássemos decifrar seu emaranhado de ideias, sua *teia de significados*, amarrados que estamos sem saber a esta construção cultural que espera ser desvendada “não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”. (GEERTZ, 1978:03). Nos surpreendeu saber que em um extenso arquivo de Obras Raras relacionados com a família imperial existem objetos variados, mapas, cartas, projetos arquitetônicos e urbanísticos não edificadas que eram ofertados ao Imperador. Tratava-se do mais puro direito ao livre pensamento sobre a paisagem urbana. Projetos que não foram encomendados ou solicitados; que eram dados de presente ao Imperador com a finalidade de um registro de ideias; maneira usada pelos arquitetos para dar a conhecer seus vislumbres projetuais para a então capital do império. Desconhecemos literatura produzida diretamente a respeito deste material hipotético/utópico, sobre estes manuscritos iconográficos representando paisagens urbanas imaginárias do Rio de Janeiro, Em decorrência da citada visita técnica, iniciamos uma busca e localizamos no Setor de Obras Raras da Biblioteca



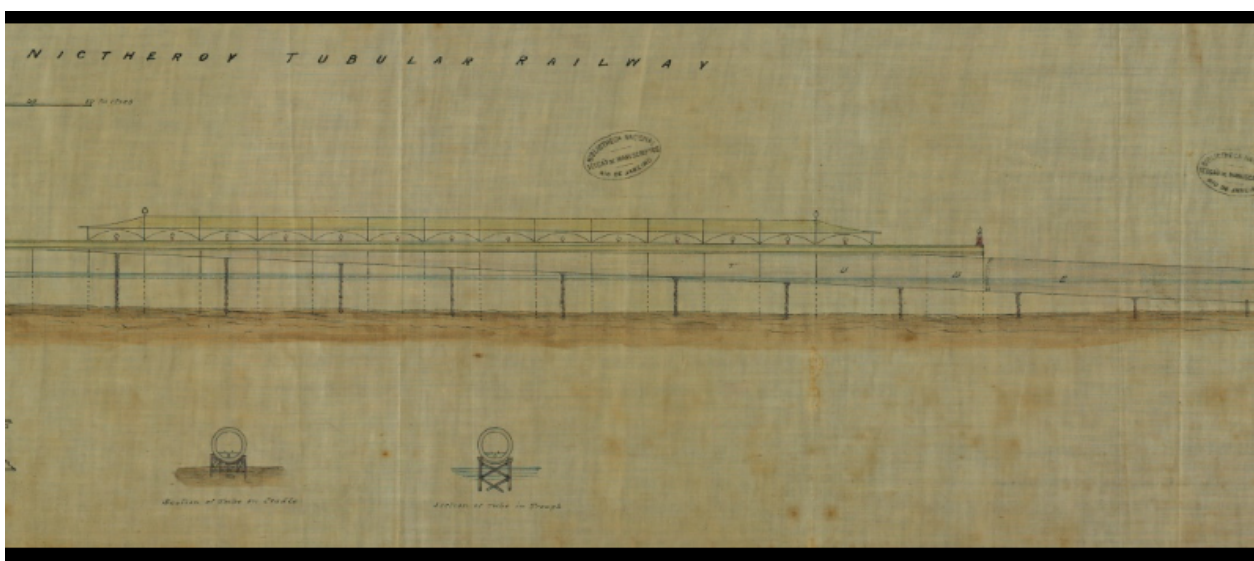
Nacional no Rio de Janeiro, alguns manuscritos, croquis em aquarelas com propostas de alteração da paisagem urbana; projetos desenhados e acompanhados de memorial descritivo manuscrito, como por exemplo a imagem abaixo, onde o sr. H. Lindsay Bucknall presenteia o Imperador D. Pedro II com um projeto de um túnel subaquático que conectaria a cidade do Rio de Janeiro a Niterói sob a Baía da Guanabara. Tratam-se de fontes primárias de elaborados projetos urbanísticos, verdadeiras obras de arte em aquarela, legítimas representações das expectativas de futuro daquelas visões de mundo do século XIX, o futuro do passado!

Fig. 1 e 2. H. Lindsay Bucknall. Rio de Janeiro e Nietheroy Tubular Railway. Frontispício e dedicatória



Fonte: Biblioteca Nacional. Manuscritos. Obras Raras – Rio de Janeiro - RJ

Fig. 3 e 4. H. Lindsay Bucknall. Rio de Janeiro e Nietheroy Tubular Railway. Londres, 1877. Projeto de túnel submarino que ligaria o Rio de Janeiro a Niterói.



Fonte: Biblioteca Nacional. Manuscritos. Obras Raras – Rio de Janeiro - RJ

Também na literatura temos variados exemplos de narrativas de paisagens, onde mesclam-se a relatos puramente textuais alguns simples croquis e desenhos... Como por exemplo investigar Códices Pré-Colombianos de povos mesoamericanos para observar como a forma arquitetônica e urbanística, além da expertise em processos construtivos foi intensa, chegando mesmo a configurar moeda corrente em épocas pré-colombianas. Ou também recorrer a descrições textuais de cronistas coloniais versando sobre toda a cultura e explicitando parte intrínseca a ela que são as edificações mais variadas. Esses antigos não separavam as áreas do conhecimento, inerentes que são ao ser humano e à sua vida em sociedade. Na seção de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade de Brasília encontramos várias obras de literatura que nos dizem muito sobre arquitetura e urbanismo, como um exemplar fac-símile em três grandes volumes do Códice Florentino de Frei Bernardino de Sahagún. O autor foi um estudioso da cultura indígena, que aprendeu a língua náhuatl de maneira profunda e registrou este importante documento etnográfico do México antigo (1547 a 1587), considerado como uma 'enciclopédia de cultura náhuatl' e parte destes textos foi escrita em forma bilíngue (duas colunas lado a lado).

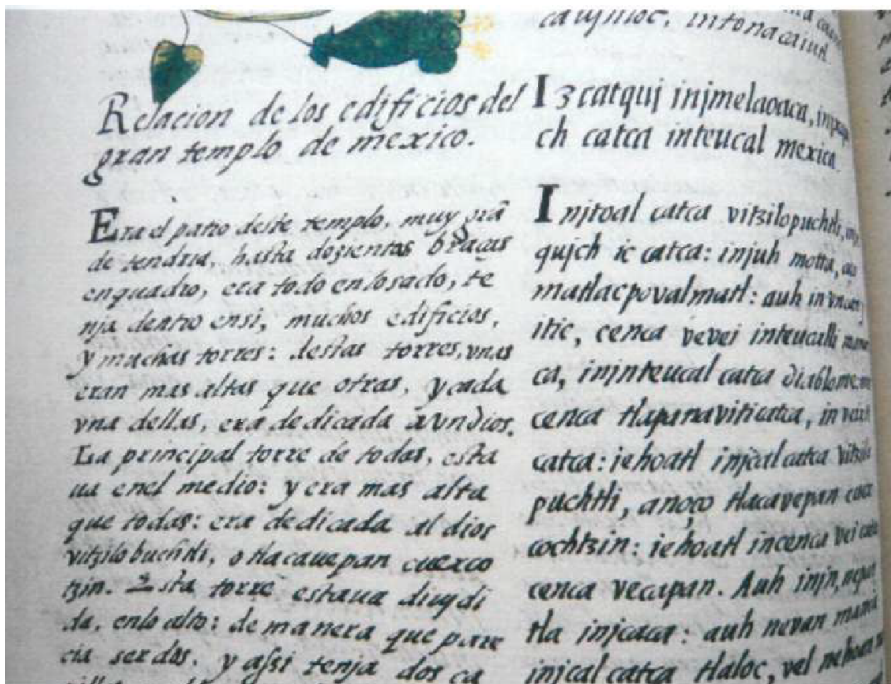
Figura 7 Livro nono dos comerciantes, ofícios de ouro e de pedras preciosas, e de plumaria



Fonte: Sahagún Códice Florentino Tomo II p.326 e 327 - Fac-símile - Biblioteca UnB - Foto do autor

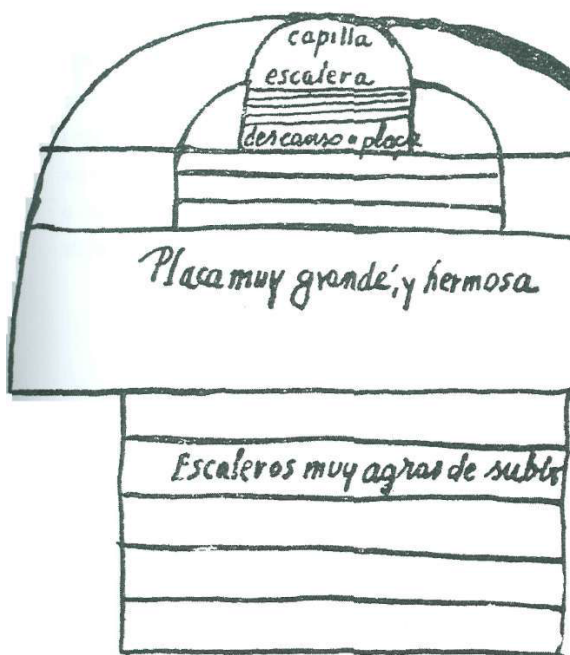
A descrição que Sahagún fez dos edifícios de Tenochtlán foi muito extensa, com detalhes arquitetônicos e de implantação, além de discorrer sobre o material construtivo e sobre os revestimentos. Na figura 04 vemos o início da Relação dos Edifícios do Grande Templo do México, relato onde identifica formas e medidas. "Era o pátio deste templo muito grande, teria até 200 braças 5 em quadro, ... tinha dentro de si muitos edifícios e muitas torres..."

Fig. 8 Sahagún – Códice Florentino Tomo I p. 163



Fonte: Foto do Autor. Fac-símile Biblioteca UnB – Setor de Obras Raras.

Figura 10 Esquema da Pirâmide do Sol de Teotihuacán



Fonte: Códice Florentino – Sahagún. Foto do autor – Setor de Obras Raras – Biblioteca da UnB.

4. Conclusão

Apresentamos algumas reflexões sobre algumas possibilidades de buscar fontes de pesquisa alternativas às usuais no campo da arquitetura e urbanismo, extrapolando as tradicionais análises de projetos e biografias de arquitetos. Poderíamos acrescentar a necessidade de alargar os olhares, gerando campos férteis de interlocução entre áreas científicas por vezes distantes. Como vimos, registrar a paisagem natural em obras de arte pode realmente ter servido para compartilhar a informação da existência destes espaços naturais significativos e a necessidade de sua conservação.

Há que cuidar, porém, de que cada pesquisador perceba sua análise como incompleta, tratando de incorporar os alertas de Rosanvallon e Pocock sobre as muitas posturas iniciais possíveis, inclusive algumas que poderiam colocar a perder os esforços dispendidos: um caminho plano que levaria a uma história factual simplista.

Pareceria contraditório buscar referências sobre contexto cotidiano do passado em setores especificamente nominados Obras Raras, que à primeira vista poderiam haver guardado somente objetos e registros da elite, joias com ouro e pedras preciosas, mobiliário com incrustações de madrepérola, etc. Mas o croqui no guardanapo deixado na Confeitaria Colombo no fim do século XIX, tem um valor além do material, justamente o valor da informalidade e da autenticidade de registro do diário viver.

Uma possibilidade seria deixar a um lado narrativas acordadas aprioristicamente praticamente partindo do vazio para construirmos o contexto a partir das análises dos diferentes discursos de época, pois ao opinarem sincronicamente sobre sua própria realidade já estariam atuando sobre ela e



construindo-a. Instigar a reflexão prévia do pesquisador, propor novas abordagens das mesmas fontes já tratadas tradicionalmente pela pesquisa na área de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo.

Ao fazer novas leituras de antigas fontes, ao considerar como documentos históricos relevantes fontes iconográficas/textuais não convencionais como folders turísticos ou de propaganda, programas de shows e concertos, anúncios de venda de imóveis, relatos de viagem, estaríamos ampliando horizontes de expectativas, buscando adentrar-nos em espaços de experiência, indagando o futuro do passado para significar nosso presente, gerando maior compreensão; almejando novos futuros, plenos e conscientes.

5. Referências

CALDEIRA, Júnia Marques. *A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano - origem e modernidade*. 2007. UNICAMP. Disponível em:

https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/trabalhos/OCR_CALDEIRA.pdf Acesso em 22 jul 2020.

COSTA, Lucio. *Lucio Costa: registro de uma vivência*. 2a. ed São Paulo, SP: Empresa das Artes, 1997.

CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional*; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

DASTON, Lorraine, “Objetividade e a fuga da perspectiva”, in: Daston, *Historicidade e objetividade*. São Paulo: Liber ars, 2017, p.17-38.

GAUZ, Valeria. O livro raro e antigo como patrimônio bibliográfico: aportes históricos e interdisciplinares. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 4, n. 8, 2015.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

KOSSELLECK, Reinhart “Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 134-146.

_____. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2006.

_____. *Histórias de Conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991. (1969).

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. Projeto História: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S.l.], v. 10, out. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

PEIXOTO, Gustavo. *Reflexos das Luzes na Terra do Sol: sobre a teoria da arquitetura no Brasil da Independência 1808-1831*. São Paulo: Pró Editores, 2000.

POCOCK, J. G. A. “Introdução: o estado da arte; O conceito de linguagem e o *métier d'historien*”. In: POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 23-62; p. 63-82.

REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina: a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.



ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político; por uma história filosófica do político”. In: ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 65-101; p.39-64.

SILVA, Leopoldo. Política como moralidade: a banalização da ética. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 83-106; p. 127-138.

SIMMEL, Georg. *A Filosofia da Paisagem*. (1913). Ed. LusoSofia:press. Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2009.

SOUZA, Juliana da Costa Gomes de; FRANCO, José Luiz de Andrade. “Frederick Law Olmsted: a arquitetura de paisagens e os parques nacionais norte-americanos”. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 21, 2020, p.754-774.

SCHWARZ, Lilia. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.p.93.

Andrea Gonçalves Moreira Bernardes

Possui Graduação em História pela Universidade de Brasília e Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília, Doutoranda pela Universidade de Brasília. Atualmente é professora do UNICEUB e do IESB (Instituto de Educação Superior de Brasília). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, Análise de Arquitetura & Urbanismo Comparados, Arquitetura e Urbanismo Pré-colombianos, Evolução da Arte e do Design, Brasília e o Arquivo Público do DF, organização de Viagens Técnicas Culturais e produção de livros.

Como citar: BERNARDES, A.G.M. (2022). Da importância de um novo olhar sobre arquitetura e urbanismo em antigas fontes iconográficas e textuais. *Paranoá*, (32), 1–17. <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n32.2022.14>

Editores responsáveis: Maria Cristina da Silva Leme, Daniela Ortiz, Liz Sandoval.